



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia dez de março de dois mil e vinte, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Fausto Niquini Ferreira – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional.

Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, solicitar dos vereadores um minuto de silêncio para a Dona Eudóxia Camba Santos, mãe do funcionário Domingos”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador José Guedes, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Após o minuto de silêncio, vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, um aviso, pedir ao senhor que, após a reunião, juntamente com todos os vereadores, eu estou pedindo uma reunião na sala de café, com todos os vereadores. É coisa de cinco minutos, para nós discutirmos um assunto”. Senhor Presidente: “os dez vereadores estão convidados para a reunião, a pedido do vereador José Guedes”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia três de março de dois mil e vinte foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão,



nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por seis votos. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa:

1) Projeto de Lei nº 1.910/2020, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT e Remissão Fiscal, no âmbito do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 1.911/2020, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Estabelece proibição de ocupação de cargo público na Administração Pública Municipal para homem que tenha sido condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por praticar ou concorrer para crimes de feminicídio ou contra mulheres em situação de violência doméstica e familiar, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 1.912/2020, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, “Dispõe sobre as condições para a concessão do benefício da cesta de legumes, previsto no art. 79 da Lei Municipal nº 2590/2017. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Desculpa interromper a reunião, mas no momento inicial eu acabei pulando e foi rápida a sua condução, mas eu queria pedir ao senhor um minutinho, só porque eu acho que é um tema que não pode deixar. Primeiramente, boa noite a todo mundo que nos assiste aqui por meio físico, os demais



vereadores, quem está nos assistindo na *live* do vereador Silvânio. Mas é um assunto que eu acho que a gente não poderia deixar passar, visto o total desrespeito com uma categoria e, principalmente, pela forma que foi colocado, isso viralizou de forma negativa e, infelizmente, as coisas no nosso país, na nossa cidade viralizam as coisas também do meio negativo, apesar que esse deveria viralizar pela indignação que tomou conta não só dos professores, dos educadores, mas também de toda a sociedade que tem um pingão de senso, que sabe da importância de um professor para a construção de um país mais justo, de uma cidade mais justa. Foi uma publicação de um pai, eu até procurei saber se era *fake*, porque a gente está cheio de *fakes* nas redes sociais, mas que pede a todos os pais para juntarem todos e levarem seus filhos para irem às aulas aos sábados para acabar com a malandragem e safadeza dos educadores que utilizam do sábado, como se os professores que marcassem aulas no sábado, para não dar aula. Me causou total estranheza uma colocação de um pai, já que ele tem tanta desconfiança da condução da educação do filho dele, ele manter o filho dele em uma escola já mostra que ele, realmente, não passou por um educador porque, no mínimo, ele não tem um senso crítico de saber se ele está submetendo o filho dele realmente àquilo que o filho dele merece. Então, como papel de pai, a primeira coisa antes de vir à rede social fazer uma crítica dessas é ele tirar o filho dele então, se o filho dele está submetido à essa situação que ele considera como sendo absurda, ele não deveria manter o seu filho nessa condição. Mas eu acho que é de um total desconhecimento de entender que nossos



professores que estão aqui, não só a nível municipal, mas tanto municipal, estadual e federal, são os únicos que formam todas as outras profissões, muito provavelmente ele passou por um professor. Se ele teve condição de escrever uma nota ridícula no *Facebook*, ele teve a instrução de um professor que o ensinou a ler e a escrever. Ele não entende que o ano letivo tem duzentos dias e que quem faz o calendário não são os professores, é a própria prefeitura municipal, a secretaria municipal, que tem que seguir uma determinação de lei federal. Ele não sabe que muitas das vezes os professores ficam até pós o horário esperando pais que estão tomando uma cervejinha ou mães que estavam arrumando o cabelo na sexta-feira, arrumando a unha, ficam aguardando, o filho lá, para sair da escola, esperando o pai chegar e o professor está lá todo descabelado, desarrumado, mas está com aquela criança lá, porque a obrigação dela é cuidar e zelar por aquela criança, fazendo além do que é educar. Esse pai não deve ser diferente desses e querem responsabilizar os professores pelo cuidar dos filhos. O professor não tem obrigação nenhuma de cuidar de filho de ninguém, o professor tem obrigação de promover a educação, de ensinar. Eu torço muito para que todos os educadores que ficaram revoltados não gastem essa energia de revolta dentro da sala de aula, mas pelo contrário, para ser uma motivação para que eles possam educar ainda mais as nossas crianças para que a gente não tenha, igual ao infeliz, que é a palavra mais certa para dizer dessa pessoa, é um infeliz, que vai publicar isso em uma rede social, dessa forma tão irresponsável. Então, fica aqui relatado esse repúdio a esse pai. Saiba



que os professores, a sua maioria, inclusive aqui, não ganham nem o piso estabelecido por lei, nem o piso. Todos eles corrigem provas fora do horário de serviço, fazem plano de aula fora do horário de serviço, abdicam muitas das vezes das famílias para educar todos os jovens e crianças da nossa cidade. Eu sou fruto da educação que tive e agradeço meus mestres em todas as vezes que eu falei de educação. Mas que fique para esse senhor o meu total desprezo ao senhor por uma colocação tão infeliz e eu acho que você tem uma grande chance de demonstrar para os seus filhos que você reconhece um erro e pedir desculpas, que era o mínimo que ele deveria fazer. Então, Senhor Presidente, estou fazendo essa colocação porque eu acho que essa Casa não poderia se furtar de se manifestar em relação a isso”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, o senhor me dá um aparte?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “claro, te dou sim. A educação é o único caminho para esse país, não tem outro caminho, a educação e a cultura, não existe outro. Todas as sociedades que evoluíram, estão em um nível de desenvolvimento maior que a nossa foram as que realmente investiram nos profissionais de educação e investiram em uma educação de qualidade. Então, esse é o caminho, o caminho não é fazer o que esse senhor fez de menosprezar uma classe de trabalhadores, que é uma classe de referência no nosso município, foi o que ele fez, infelizmente. Dou um aparte, mas eu gostaria que essa Casa fizesse uma nota de repúdio, alguma forma, até acionando os membros da Comissão de Educação, que façam uma nota de repúdio para que isso chegue até esse pai e, quem sabe, eu acredito que tenha como



responsabilizá-lo juridicamente em decorrência da fala tão infeliz”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também quero me manifestar com relação a essa situação. O vereador Tiago Tito, eu acho que já concatenou, já conseguiu externar quase que o sentimento dessa Casa com relação à atitude desse pai, senhor Adão Santos. Eu imagino que seria, sim, eu, enquanto membro da Comissão de Educação, relator que sou, também fica aqui a minha sugestão da Casa, eu acredito que a gente não vai conseguir fazer depois, nos requerimentos, mas uma sugestão que a Casa se manifeste e se manifeste em um repúdio dessa atitude desse pai. Mas eu quero ir, Senhor Presidente, um pouco além dessa questão, eu não vi a Secretaria de Educação em momento algum se manifestar defendendo seus professores, colocando e divulgando para a população de Nova Lima o seu calendário escolar que, aliás, a Secretaria de Educação segue um calendário escolar que não é só de Nova Lima, ele é do Estado de Minas Gerais, então, quando tem aulas nas escolas aqui em Nova Lima, tem nas outras escolas todas. E eu penso que faltou um pouco de sensibilidade da Secretaria Municipal de Educação de se manifestar, se colocar ao lado desses professores que, de fato, já perderam muito, já tiveram os seus direitos deturpados e agora ainda têm que conviver com um pai instigando a população, chamando um professor... A que ponto chegamos, Senhor Presidente? A que ponto chegamos? O cidadão ter coragem de chamar um professor... Olha, em outros países um professor é louvado, aqui não, o professor é chamado de vagabundo nas redes sociais, de preguiçoso, de malandro e a Secretaria de Educação



não se manifestar, não soltar uma nota em nome de seus mais de mil educadores que temos em Nova Lima, eu penso que foi uma falta de sensibilidade muito grande. Então, que a Câmara Municipal de Nova Lima assim o faça, para que esse cidadão e as pessoas que pensam semelhante a ele possam pensar duas vezes antes de soltar esse tipo de nota. Senhor Presidente, eu quero, para além desse assunto e eu sei que a gente não vai conseguir fazer isso no Grande Expediente, que seria o meu espaço adequado. Eu quero chamar a atenção, eu estou vendo a Letícia aqui e eu vou virar para a Letícia porque a Letícia é muito cordial quando me encontra na rua, me trata com muito respeito, com muita educação, mas, infelizmente, quando ela está por trás de um computador, ela não usa da mesma cordialidade e da mesma polidez. Eu queria dizer para você, Letícia, em reunião plenária, que quando você se manifesta nas redes sociais, eu respeito, você tem que fazer isso mesmo, você está certíssima, só que você tem que olhar para quem você vai apontar e o do que você vai acusar. Você falou na sua rede social e eu não quis rebater porque você é bloqueada na minha, que a CPI dos trinta milhões te prejudicou, aconteceu um monte de coisas, você falou lá, fez alguns comentários. Falou, de uma forma irresponsável, que essa CPI custou quinhentos milhões e isso não é verdade, pedir para apurar esse valor e falou que eu fazia parte dessa CPI, você está redondamente enganada. A Câmara Municipal como um todo fazia parte da CPI e eu participei das oitivas da CPI como ouvinte e, às vezes, como vereador, eu me manifestei com muito respeito à sua pessoa, em momento nenhum te denegri ali, de forma alguma, mas o



presidente dessa comissão, eu até me certifiquei aqui, agora, foi o Flávio e os outros dois vereadores foram o Gilson e o Alessandro. E essa CPI teve um resultado, sim, para que a população saiba, foi um trabalho que foi feito com seriedade, com respeito à população e isso está no Ministério Público, que é o papel do vereador. Você apura aqui, nós não temos poder de polícia, o nosso poder é de investigação, nós investigamos e oferecemos denúncia para o Ministério Público. Qual é o procedimento que o Ministério Público vai tomar? É lógico que isso é do Ministério Público. Mas, assim, com muito respeito que eu tenho por você. Você, em minha opinião, é uma pessoa muito valorosa, é uma pessoa que já contribuiu muito para a cidade de Nova Lima, mas em alguns momentos, eu não sei o que acontece, você foi fazer essa denúncia nas redes sociais. Eu sou extremamente aberto, quando você quer conversar comigo, eu nunca virei as costas para você e eu jamais usei as redes sociais para falar de você, seja o que for, em momento nenhum eu fiz isso. Então, eu acho que você, naquele momento, foi injusta comigo, ainda que eu respeite o seu direito de fazer aquela manifestação. Eu estou só, simplesmente aqui, usando o meu direito também de me defender das acusações que lá você fez. E por último, Senhor Presidente...”. A Srta. Letícia Cristina Silva Araújo se manifestou na plateia. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “está bom. Senhor Presidente, garante a pauta da reunião”. Senhor Presidente: “Letícia, depois você se pronuncia”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, por último, eu ainda quero continuar em uma queixa, correu um boato em Nova Lima, eu faço *live* das



reuniões plenárias aqui, isso não tem custo, eu não estou contrapondo TV Banqueta porque sempre elogiei a TV Banqueta aqui na Câmara, sempre achei que a TV Banqueta é um espaço interessante para que as pessoas tomassem conhecimento do que passa aqui na reunião. Mas um cidadão totalmente, eu não vou falar despropositado não, propositado, de espalhar *fake News*, falou que eu estou fazendo isso porque eu ganhei uma licitação. Olha para você ver a que ponto chegam as coisas quando vai chegando perto da eleição, que eu ganhei uma licitação para olhar mesa de som da Câmara Municipal. Eu conheço o Everson há muito tempo e eu falei com as pessoas que me questionaram com relação a isso que nove pessoas participaram da licitação, salvo me engano, três não conseguiram concorrer, seis concorreram e o Everson, legitimamente, ganhou por um preço extremamente, menos da metade do que o valor que era e está aqui prestando o serviço dele, não é para mim, eu não faço nem ideia do nome da empresa que ele usa, deve ser a empresa dele, porque eu conheço o Everson, sei que ele é uma pessoa séria. Mas é só para que fique claro isso em nossas reuniões plenárias e que conste na Ata e nos Anais da Casa para que as pessoas tenham consciência, eu acho que as pessoas têm que pensar duas vezes antes de espalhar as coisas para a cidade a fora. Senhor Presidente, muito obrigado, eu sei que extrapolei aqui”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu vou ser breve. Eu estou com quatrocentas e duas mensagens e as pessoas querem saber da Mesa Diretora, eu vou aguardar, mas a pergunta é diretamente para a Mesa, é para a Câmara, mas a Mesa que responde, a



situação do atual prefeito de Nova Lima, se ele foi cassado, se ele é ficha suja ou se não é. O nosso papel é responder à população. Nós não temos mais a TV Banqueta, então, as pessoas perguntam por mensagem. O senhor ou alguém da Mesa tem alguma notícia? Se o prefeito foi cassado, se vai ser publicado, se ele é ficha suja? E um cidadão ainda coloca um pouco mais, ele diz que tem uma lei em Nova Lima e uma lei federal sobre ficha suja. É só responder se tem ou se não tem. O senhor tem essa informação?”. Senhor Presidente: “a informação que eu tive é que foi... eu não sei qual o termo correto lá, mas é que o processo deu mais um passo, mas acredito que a conclusão ainda não foi dada em relação ao afastamento do cargo. Essa é a informação que eu tive. Ainda cabem uns dois ou três recursos para o final do processo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “nada melhor que o advogado, doutor Wesley”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vou falar porque sou advogado nesse processo também. Eles estão cassando...”. Vereador Flávio de Almeida: “o senhor quer um aparte?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não, não. O senhor está falando ainda?”. Vereador Flávio de Almeida: “estou. Se quiser um aparte, pode ficar à vontade. Pode ficar à vontade”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu pensei que o senhor já tivesse falado. Então, eu vou falar dentro da parte do PT”. Vereador Flávio de Almeida: “pode responder. Isso”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “vereadores, desde 2012 eles falam que Vítor vai ser cassado por esse processo. Tiveram grandes pessoas do judiciário falando que Vítor ia ser cassado em março, depois Vítor ia ser cassado em



agosto, depois Vítor ia ser cassado em julho e Vítor está sendo cassado até hoje, tem três anos nessa lengalenga. Gente, Vítor não vai ser cassado, Vítor vai terminar o mandato dele. Só Deus, quando bater o martelinho, bater o CPF lá, para tirar o mandato dele, levá-lo embora. Tirando isso, ele vai cumprir o mandato até o finalzinho. Não adianta fazer *fake news* para criar tumulto, criar fator político, porque não vai. Vou explicar, porque eu acho que até os colegas aqui me perguntaram isso mais cedo: Vítor tem um processo, quarenta e cinco anos de administração pública, ele tem um processo, no qual a juíza de Nova Lima o condenou à questão de que, embora não era ilegal na época da contratação de um posto de gasolina que fazia parte de um membro da família dele, que era o filho, a juíza entendeu que ali não houve dolo, não houve dano ao erário, mas que ele tinha que ser penalizado com a pena mínima, que era a suspensão de poder contratar com o poder público por três anos. Ele não aceitando, não concordando com a sentença, interpôs recurso para o tribunal. Chega ao tribunal, o tribunal mantém a sentença em sede de embargos declaratórios, que eu nem vou falar os motivos que se deram para isso. Em sede de embargos declaratórios, o juiz do tribunal de justiça entendeu que caberia também suspensão dos direitos políticos por três anos. Ele interpôs outro recurso para o STJ, no STJ, eles mantiveram a sentença porque lá só podem ser discutidas questões processuais, por três votos a dois, ele interpôs embargos declaratórios, dos embargos declaratórios ainda cabem novos embargos declaratórios. E tem mais, quando passar toda a fase do STJ, o processo retorna para o tribunal de justiça



porque tem um agravo para subir para o Supremo, um recurso extraordinário. Na pior das hipóteses, se fosse mantido uma decisão, eu estou falando em relação às questões legais, esse processo é um processo de mais dois anos de andamento, sendo que eu não entendo. E está totalmente demonstrado que não tem dano ao erário, que não tem enriquecimento ilícito, que não tem roubo, que não tem fraude nesse processo. Então, se as pessoas querem criar um fato político a cada movimento processual que tem, colocar na justiça que Vítor vai ser cassado, desculpa a expressão, pode tirar o cavalinho da chuva, ele vai seguir governando a cidade até o final”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só para eu encerrar; eu tinha concedido para ele um aparte. Bom, Senhor Presidente, a gente tem nosso papel de dar informação para a população, eu vejo diferente o processo, mas eu acho que o vereador está certo, tem que dar a opinião dele mesmo, tem que fazer a defesa. Mas nós, do Partido dos Trabalhadores, do PT, o nosso desejo é vencê-lo na urna, o que vai ocorrer esse ano, nós vamos vencê-lo na urna, no voto a voto, é assim que funciona. Obrigado”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente. Bem, foi dito aqui, ano eleitoral realmente é um inferno, principalmente em Nova Lima, começam a inventar as coisas. Hoje eu conversei com prefeito, o prefeito tem direito a quatro recursos. O prefeito não vai sair, como foi dito, o prefeito não deu prejuízo, o prefeito não roubou, o prefeito não furtou, a lei naquela época a facultava. Então, não vou me alongar, prefeito de seis mandatos, nome limpo, ele vai naturalmente recorrer. Eu conheço bem essa história, aqui quando eu falo do passado, eles falam para



eu me esquecer do passado. Então, fica remoendo coisas do passado, de trinta anos atrás. Eu quando falo do passado, eu tenho documento. Tem um ex-prefeito que ele teve que devolver uma quantia, no passado, e vai ter que devolver outra quantia, antes foi novecentos mil, agora, trezentos e sessenta e oito mil, mais um secretário, trezentos e sessenta e oito mil, e julgado em Brasília, na segunda instância, prisão de dois a cinco anos. Ação minha, a minha e de outras pessoas. Então, esse já foi julgado em segunda instância e nós estamos aguardando a ação da justiça, já teve a decisão, a justiça no Brasil é morosa. Então, eu não vou ficar alongando, o que vai sair esse ano eleitoral de mentira, usando as redes sociais para denegrir as pessoas que realmente trabalham para Nova Lima, que recupera Nova Lima. Dar paulada é muito fácil. Eu vejo pessoas que mandaram, no passado, prender políticos, hoje estão de mãos dadas, isso que é uma vergonha. Vou falar aqui, estou vendo aí, fala daqui, fala de CPI, eu quero saber o resultado da CPI dos trinta e quatro milhões, sou eu que fico cobrando no Mistério Público. A Câmara agiu corretamente, nós queremos saber o resultado, os culpados, se tem culpado ou se não tem; isso ninguém fala. Em Nova Lima aconteceu tanta bandalheira nos últimos anos”. Senhor Presidente: “vereador, conclui, por favor”. Vereador José Geraldo Guedes: “vou concluir, Senhor Presidente, eu não vou ficar alongando. Ano eleitoral inventam-se coisas, não respeita principalmente políticos sérios. O pessoal que usa as redes sociais tem que ver que por trás disso tem uma família, tem o pai, têm os avós, têm os filhos, têm os netos, tem que respeitar. Então,



comigo o buraco é mais em baixo, eu processei doze pessoas, se precisar processar trinta, eu processo e vamos para o pau. Não venha me denegrir, não vem me levantar falso que eu não vou aceitar. Obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente. É só dizer que eu não trouxe nenhuma mentira para Câmara, o que eu trouxe é real, é um processo que existe, todo mundo pode ver, o vereador Wesley quando começou no discurso dele, ele fala do processo, eu não trouxe mentira nenhuma. Eu, enquanto vereador, tenho que dar resposta ao povo da minha cidade, esse é o meu papel. Eu poderia estar aqui hoje fazendo o meu papel de oposição, apontar o dedo na ferida e puxar; não, eu só disse o que o povo quer saber. O vereador Wesley deu a resposta do jeito dele, ótimo, é dele a resposta, mas não pode dizer que eu trouxe mentira para a Câmara, é real, é verdade. O senhor também deu a resposta. E o nosso papel é esse mesmo. Obrigado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador, um aparte?”. Vereador Flávio de Almeida: “concedido, vereador”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “sendo bem sincero em minha opinião, esse processo não dá cassação do prefeito, pela lei da ficha limpa, realmente, não dá cassação. Eu queria deixar claro aqui, com todo respeito à opinião do vereador José Guedes, quando o senhor fala que o prefeito é limpo; não, não é, ele foi condenado pela maior corte da justiça do país, o STJ. Cabe recurso ao STF? Cabe recurso ao STF. Então, assim, não sei quem usou o termo, mas tirem o cavalinho da chuva, é verdade, ele não vai ser cassado. Nova Lima, eu costumo brincar e aí eu acho que de forma até



respeitosa, que é a capital mundial da fofoca, e aí você solta um negócio no Whatsapp, esse trem pipoca, pulveriza na cidade inteira igual a um vírus, e aí todas as pessoas tomam aquela *fake news* como uma grande verdade. Então, gente, tem quase uma hora de reunião, vamos aproveitar o tempo da população, o nosso, para tratar coisas de assunto de interesse de Nova Lima, porque ficou-se uma hora falando aqui e nós não chegamos a lugar nenhum. Se tiver que cassar, se não tiver que cassar, vereador Flávio, com todo o respeito, eu acho que inclusive depois a gente tem que sentar, porque se tiver que provocar a justiça eleitoral e tudo, nós dois sabemos que nós dois vamos provocar, isso é fato. Deixar por isso mesmo, nós dois sabemos que nós não vamos deixar. Mas eu sugiro, Presidente, que o senhor volte ao foco da sessão e a gente ande com a reunião, porque senão nós vamos incentivando a fofoca na cidade. Então, vamos voltar para a pauta e vamos tratar dos projetos”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, esse fato ocorreu agora, dia 09/03, por isso a gente está trazendo à Casa, e cabe a esta Casa resposta ao povo sim. É só isso. Obrigado”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu fui citado. Cada um tem um pensamento, a pessoa é condenada só na segunda instância, essa é a minha opinião, quando não couber mais recurso, ele tem direito a quatro recursos. Obrigado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. Professor sofre mesmo, nós estávamos tratando aqui de um caso extremamente grave, que afrontou a questão dos professores municipais e nós demos uma volta, eu respeito, a arena é para isso mesmo, mas eu não gostaria, Presidente, de



sair daqui sem que essa Casa fizesse algum movimento em favor da educação, que a gente já fizesse uma moção de desagravo e que a Comissão de Educação, eu estou acionando a Comissão de Educação para que ela possa tomar as devidas medidas legais. A Comissão de Educação é o vereador Silvânio Aguiar, Alessandro Luiz Bonifácio, Coxinha, e Kim do Gás, que tome alguma providência em relação a essa manifestação, porque é uma afronta à educação pública universal, que a maioria da população é beneficiada por isso. E gostaria, Senhor Presidente, que nesse momento a gente já aprovasse uma moção de desagravo a esse senhor, em respeito à classe de educadores municipais”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Olha, gente, vocês vão me respeitar, respeitar a minha opinião quanto a isso, respeito demais os professores, tenho uma ligação com vários professores, mas eu vou concordar com uma coisa que o vereador Álvaro disse aqui, se nós formos tratar todos os insultos que são feitos em redes sociais para fazer desagravo aqui dentro, sinceramente, nós vamos trabalhar para fazer desagravo aqui dentro. Segundo, vocês querem a penalização? Não. Vocês querem fazer politicagem em cima da Secretaria de Educação. A Secretaria de Educação foi omissa, é isso que vocês estão falando. Eles não são obrigados a se posicionarem. Nós temos aqui o judiciário, eu vi alguns professores se posicionando, falando que vai cobrar juridicamente um posicionamento do pai, foi desrespeitosa a forma que foi posta, desrespeitosa, as pessoas se sentirem agredidas moralmente quanto à referência do pai, de fato, tem que buscar o seu ressarcimento. Mas falar que é culpa



de secretaria, falar que a Câmara tem que fazer um desagravo com esse senhor, que a gente nem sabe quem é, não sabe nem como encontrar. Aqui para nós, cabe menção, cabe opinião do vereador, de uma forma que é desrespeitosa, o professor merece ser respeitado nas suas atividades principalmente, até porque eles contribuem não só com a educação, mas principalmente com a formação de novos cidadãos, então a gente tem que ter isso em mente, buscar cada dia mais a conscientização das pessoas quanto a esse profissional, o respeito principalmente dentro de sala de aula e fora dela, porque os pais tem que dar exemplo fora de sala de aula para que os alunos possam respeitar dentro. Mas fazer disso um furdunço que está se pretendendo, nota de desagravo, eu acho que isso vai além da competência dessa Casa. Se a gente quiser, nós podemos fazer um projeto de lei ou um requerimento que venha buscar, de fato, de forma concreta, o respeito do profissional dentro de sala de aula, um projeto de lei que venha garantir esse respeito, ou seja, vamos fazer uma coisa que, de fato, seja competência desta Casa, legislar em prol desses profissionais”. Senhor Presidente: “bora, gente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só para terminar. É porque quando o vereador fala depois de um fala minha, fica parecendo que eu falei em relação à Secretaria de Educação, em nenhum momento eu mencionei a Secretaria de Educação, eu falei uma nota de desagravo em relação à nota do pai que foi colocado aqui, outro vereador pode ter mencionado isso. Agora, é minha função sim, vereador, trazer isso aqui à tona, eu não posso tratar isso de forma natural e achar que isso tem que deixar passar. E isso foi



um pedido, não só de um professor, de vários, eu recebi diversas vezes aqui no Whatsapp pedidos: ‘olha, essa Casa não vai se posicionar? Então, eu estou fazendo o meu papel aqui. Agora, em relação à moção de desagravo que eu falei mesmo e continuo com ela, você tem opção de votar contra, é um direito constitucional seu, a gente a coloca, quem quiser vota contra. Agora, em relação a acionar à Secretaria de Educação, fazer política em cima disso, eu não estou fazendo, mesmo porque, graças a Deus, eu não sou candidato a prefeito, vocês estão todos ouriçados porque todo mundo quer ser candidato a prefeito, eu não tenho essa vontade. Então, em relação a isso, não misture, quem fez a crítica, você direciona a ele a crítica, quando o senhor fala depois, fica parecendo que fui eu que fiz a crítica. Não, mas ficou parecendo, subentendido. E eu estou falando para o senhor, olhando para o senhor em relação a isso. Mas, enfim, a moção de desagravo, Senhor Presidente, eu gostaria que o senhor colocasse, que é um direito meu também, quem quiser votar contrário, vote contrário, isso também é um direito e se responsabilize pela manifestação, isso é direito, ainda mais em um país onde a gente vê um Presidente dando banana para os outros, falando que o coronavírus é fantasia, então vamos levando. Então, se você puder colocar a moção de desagravo para votação. Obrigado”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, no momento oportuno, eu vou colocar, o primeiro requerimento”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente. Eu só quero falar com o vereador Tiago Tito que ele sabe, a hora que ele quiser conversar com a secretária, tipo, semana passada, ele estava em uma reunião com



o prefeito e a secretária de educação, o prefeito convocou a secretária para conversar com ele no gabinete para resolver. Só estou falando, vereador, quando você precisar falar alguma coisa, a secretária está à sua disposição, como ela te atendeu no gabinete do prefeito, bacana. Porque quando vereador é da base, como Vossa Excelência é da base, você sabe que nós estamos aqui para te ajudar e pode procurar a secretária de educação, que nós estamos lá à disposição, como o prefeito te ajudou porque você é vereador da base. Tamo junto”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. Vereador Coxinha, escuta aqui, eu vou falar para o senhor, o senhor escuta em relação ao que eu vou mencionar. Senhor Presidente, só para colocação. Como foi falado aqui... Senhor vereador, você vai me ouvir? Passar a palavra para o senhor. O vereador José Guedes falou bem, ano de eleição vai ser isso mesmo, infelizmente, está virando circo, acho que é desrespeitoso à população que está aqui. Em nenhum momento eu fiz apontamento em relação à conduta da secretária de educação aqui. Agora, se o senhor quer que eu faça, em relação à crítica, achando que eu tenho medo, eu não tenho medo de perder cargo, medo disso não. Acho que ela deveria ter se manifestado sim, ter feito uma manifestação, ela que é a representante máxima em relação a isso. Se é isso que você queria ouvir, você escute em relação a isso. Agora, eu não mencionei. Agora, se o senhor está aí, com esse desespero todo, para fazer a defesa, continue fazendo. Agora, não chore no telefone perto de mim, mandando os outros colocarem nota diferente não, que aí a gente coloca a verdade para a população aqui também”. Prosseguindo, o Senhor



Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.871/2019, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre o horário de funcionamento das lojas de conveniências e congêneres que possuem atividade de comércio junto aos postos de combustíveis desta cidade”. A comissão emitiu parecer pela rejeição do veto. 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.872/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Institui o serviço de transporte alternativo de pequenas cargas, no âmbito do Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à manutenção do veto. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu queria que o senhor consultasse o Plenário quanto à possibilidade de colocar este veto em votação nesta sessão, o ponto 2, o veto do prefeito ao 1.872”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Wesley para que façamos hoje a primeira e única votação do Veto ao Projeto de Lei nº 1.872/2019 ainda hoje. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. 3) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.891/2019, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Estabelece cota para mulheres vítimas de violência doméstica nos programas de habitação de interesse social no município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços



Públicos Municipais. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.892/2019, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Dispõe sobre a criação de campanha Maria da Penha junto às escolas municipais, estaduais e particulares pela não violência contra as mulheres no município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.896/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Dispõe sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas por meio do site oficial do Poder Legislativo do município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Tiago Almeida Tito como Relator da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição. 6) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; em Defesa da Juventude, da Criança e do Adolescente Municipais; Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.899/2019, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente; regulamenta o regime jurídico da função pública de conselheiro tutelar no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto.

Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu queria pedir Vossa



Excelência que colocasse esse projeto em primeira e segunda votação ainda hoje, juntamente com as emendas, por favor”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Coxinha para que façamos a primeira e segunda votação do Projeto de Lei nº 1.899/2019 ainda hoje. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.903/2020, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre a denominação do antigo Parque Aquático / Ginásio do Villa Nova – Luciano Vitor Gomes “Luck”, localizado na Rua Bias Fortes, s/n, no Bairro Centro e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 8) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.906/2020, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Institui a obrigatoriedade de disponibilização de banheiros químicos adaptados em eventos realizados no município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo como Relator da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição. 9) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.907/2020, autoria dos vereadores José Carlos de Oliveira e Fausto Niquini Ferreira, que “Institui a ‘Semana Municipal da Saúde Ocular’ no âmbito do município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à



tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Alessandro Luiz Bonifácio como Relator da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição. 10) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 383/2020, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Gonçalo de Abreu Barbosa”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.643/2017, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Autoriza a realização das ações de que trata o artigo 7º, inciso I da Lei Municipal nº 1.578, de 21 de dezembro de 1998, a serem realizadas pelo Município de Nova Lima, em conjunto com a Sociedade Civil Organizada, e dá outras providências”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam com a manutenção do veto permaneçam como estão. O veto foi mantido, encaminho o Projeto de Lei nº 1.643/2017 ao arquivo”. Vereadores que votaram a favor do veto: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que votaram contra o veto: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida e Silvânio Aguiar Silva. O vereador José Guedes encontrava-se ausente do Plenário no momento da votação. 2) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei



nº 1.835/2019, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Dispõe sobre o registro, o acompanhamento e a fiscalização da exploração e/ou exploração de recursos minerais no território do Município de Nova Lima, de acordo com as competências definidas no art. 23, XI e no artigo. 30, I e II, da Constituição Federal, estabelece condições para o funcionamento das empresas que exploram recursos minerais e que realizam pesquisas minerais no território do Município de Nova Lima, institui obrigações correlatas e impõe penalidades decorrentes do respectivo descumprimento, dando outras providências”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação, em discussão”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu li atentamente o veto do prefeito, li o projeto de lei, este projeto de lei já foi replicado em outras cidades minerárias, via AMIG. Eu tinha apresentado ele na Casa, chegou à primeira votação, quando o vereador Álvaro Azevedo ressaltou que o modelo utilizado em outros municípios havia sofrido algumas alterações, até porque na época tinha sido feito por uma das suas assessoras, a Priscila Viana, que é uma advogada da qual eu respeito muito as opiniões jurídicas e ele apresentou essa mudança desse projeto de lei. Então, data vênua para o jurídico da prefeitura, o procurador que fez o veto, eu vou votar pelo seguimento do projeto de lei e pela derrubada do veto por entender que esse projeto de lei é muito importante para o município de Nova Lima e que não assiste razão aqui o parecer da procuraria jurídica do município”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam com a manutenção



do veto permaneçam como estão. O veto foi derrubado, encaminho o Projeto de Lei nº 1.835/2019 à promulgação”. Vereador que votou a favor do veto: Tiago Almeida Tito. Vereadores que votaram contra o veto: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, Silvânio Aguiar Silva e Wesley de Jesus Silva. Os vereadores Ederson Sebastião Pinto e José Guedes encontravam-se ausentes do Plenário no momento da votação. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, só agradecer ao vereador Wesley pela gentileza e pela coerência no voto agora. Muito obrigado”.

3) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.886/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Institui o Projeto ‘Carona Legal’ no âmbito do Município de Nova Lima”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Esse projeto ‘Carona Legal’ é o projeto que foi replicado aqui no intuito de garantir que as pessoas com carros menores pudessem fazer transporte de outros amigos e vizinhos no intuito de permitir a economia para a família e uma série de outras informações e benefícios que eu trouxe. É um projeto que já foi replicado em vários países de primeiro mundo, é um projeto que cabe fiscalização do Poder Executivo Municipal. Não sei qual foi o procurador do Executivo que fez esse veto, vou dar um puxão de orelha nele porque foi muito mal educado, não sei quem foi. Mas eu peço aos nossos ilustres vereadores que venham reavaliar esse veto para que a gente possa dar seguimento nesse projeto para beneficiar



tantos cidadãos nova-limenses, vai beneficiar e permitir que a gente venha ter uma visão diferenciada, como já é aplicado em vários outros setores de países e estados que são totalmente diferenciados da gente. É um avanço para a nossa cidade e eu peço para que Vossas Excelências avaliem com bastante cautela, com bastante cuidado, até porque nós temos o impacto disso que vai ser negativo na vida de várias pessoas”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, já foi pedida vista no veto desse projeto. O senhor chegou a pedir, vereador?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não”. Senhor Presidente: “o ‘Carona Legal’? Eu acho que não”. Vereador Tiago Almeida Tito: “então eu vou pedir vista”. Senhor Presidente: “cedida vista do veto ao Projeto 1.886/2019 para o vereador Tiago Tito”. 4) Projeto de Lei nº 1.862/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Altera o anexo único da Lei nº 1.910, de 28 de dezembro de 2005”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “que projeto é esse?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “esse projeto eu vou explicá-lo exatamente. Esse projeto foi apresentando, a Comissão de Legislação e Justiça, inclusive, deu um parecer contrário, seguida de outras comissões, mas foi derrubado em Plenário, que é o projeto que reduz a alíquota de 5 para 2 de ISSQN para empresas que estão voltadas para o público de produção de áudio visual. Esse é um projeto que, embora toda discussão que o norteia, a respeito da sua constitucionalidade, é um projeto que nasceu, eu estive em uma apresentação da Codemig, na qual eles informaram que o governo do Estado, na



época 2014, Governador Fernando Pimentel, tinha feito um fundo no Funcine de 21 bilhões de reais para investir e atrair novos empreendedores da produção de áudio visual. Qual era o intuito do governador naquela época? Era permitir que empresas que hoje estão sediadas basicamente no Rio e em São Paulo pudessem exercer as mesmas atividades em Minas Gerais, e a gente mudar um pouco do viés econômico que nós temos em Minas. Nova Lima é uma cidade mineradora que, direta e indiretamente, tem a sua arrecadação 62% vinculada às questões minerárias. Nós tivemos um problema que é o impacto com a Vale nesse exato momento, isso tem um pouco mais de um ano, que a Vale contribuiu com Nova Lima com mais de 10 milhões mensais de forma gratuita, sem ter obrigação. Imagina o impacto que isso seria nas questões financeiras do município se a Vale tivesse deixado simplesmente de contribuir com os royalties do minério que, no caso, é o CFEM. Então, qual é o intuito desse projeto? O intuito desse projeto é mostrar para a população de Nova Lima e aí, no meu caso, como autor dele, e tenho certeza que se tiver a votação de todos os vereadores, passa a ser então o interesse comum da Casa e daqueles vereadores que votarem, que é o intuito de mostrar que nós estamos atentos à questão da arrecadação e estamos atentos, principalmente, à questão dessa mudança do viés econômico que Nova Lima tem. Hoje, uma empresa que está ligada à produção de áudio visual, não tem empresas em Minas, não conheço nenhuma empresa, mas eu acho que estamos abrindo a porta para que o município possa trabalhar junto da Secretaria de Desenvolvimento Social, junto da Secretaria de Emprego e



Renda, atrair esses empreendedores, atrair esses investimentos, já que o Estado de Minas Gerais tem esse incentivo de 21 bilhões para Nova Lima. Eu estou falando de uma empresa que em mil metros quadrados consegue gerar 250 empregos, em média, ou seja, é um olhar atento para o futuro, uma forma diferenciada de olhar a questão de produção, de arrecadação do município e, ao mesmo tempo, de geração de emprego para o nosso pessoal de Nova Lima. Esse é o intuito desse projeto, tão somente esse. Eu peço à Casa, rogo para os nossos nobres colegas, os vereadores, para que nos apoie nessa empreitada de trazer essa sensibilidade e trazer para dentro da Casa, trazer para o município a discussão de nós mudarmos, sim, Nova Lima tem capacidade de fazer uma mudança séria no que diz respeito ao seu desenvolvimento, principalmente, no tocante ao desenvolvimento voltado a novas formas de geração de emprego, novos postos de trabalho e, ao mesmo tempo, com geração de impostos municipais. Esse é o intuito do projeto. Fica aqui o meu pedido de apoio aos nobres colegas”. Senhor Presidente: “vereador Wesley, alíquota de 5 para 2% de ISS? Vou pedir vista nesse projeto, eu quero discutir melhor com o senhor esse projeto”. 5) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.872/2019, que é o transporte alternativo de pequenas cargas”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero vista deste veto, eu quero analisar melhor o veto do prefeito”. Senhor Presidente: “cedida vista para o vereador Silvânio Aguiar”. 6) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco o Projeto 1.899/2019



em votação. Primeiro a leitura das emendas. São quantas emendas?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “são cinco emendas eu acho”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só pela ordem. É porque esse projeto é o que versa sobre conselheiros tutelares, esse projeto estava sendo discutido semana passada, mais uma vez eu estou meio que surpreendido aqui, porque está com mais emendas. Entraram com mais emendas em relação ao projeto, que foram entregues aqui, agora. Só estou fazendo a colocação, porque eu acho que nem os conselheiros devem saber. Então, me desculpem, vocês estão sabendo primeiro que eu, Reislá, mas entraram com mais emendas aqui. Pois é, então já foram retiradas as outras? Uai, então, vamos ficar na dúvida eu e você, concorda? Está muito estranha essa questão aqui, entra emenda, tira emenda, entra emenda, emenda chega em cima da hora, então assusta, com o respeito”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Essa emenda que o senhor está questionando deve ser a que eu fiz o protocolo dela”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, é porque entraram mais duas novas, não sei se é do senhor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu fiz uma emenda que eu fiz o protocolo ontem, conforme eu havia falado na semana passada, que o projeto ia entrar e eu iria fazer o protocolo da emenda, embora eu ia lê-la em Plenário, se fosse entrar em pauta na semana passada”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é porque entrou mais duas aqui na pauta”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, esse projeto foi amplamente discutido”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, sim, é só porque estão entrando



emendas”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “eu acho que, inclusive, com certeza, eles já têm ciência dessas”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “esse projeto foi, realmente... Perdão, o senhor me permite falar?”. Senhor Presidente: “claro”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perdão. Esse projeto foi, realmente, amplamente discutido. Mas na semana passada, o vereador Wesley disse que tinha uma emenda e que ele mandaria isso para os gabinetes. Ele não mandou, durante a semana a gente não teve acesso a essa emenda e agora, eu estava conferindo o protocolo, mas ele mesmo falou ali que ele protocolou essa emenda agora, que dia, vereador?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “foi ontem”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “foi ontem. Então, olha”. Vereador Tiago Almeida Tito: “são três folhas de emenda”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sinceramente, eu não sei se querem atrapalhar o andamento do projeto ou se é isso mesmo porque, poxa, tivemos uma reunião semana passada, conturbada. Os conselheiros aqui, todos querem que a gente vote as mudanças que precisam ser feitas. O vereador sabia que a gente teria essa reunião, por que protocolar uma emenda no dia anterior à reunião e a gente agora, na hora da reunião, mais uma vez, sem ter conhecimento da emenda. Eu, sinceramente, não consigo entender isso”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente, eu fui citado, pela ordem”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “esse projeto já está sendo discutido, foi uma emenda do vereador e



eu acho que os conselheiros já estão esperando por isso há tanto tempo. A gente já está acostumado a parar a reunião durante cinco minutos, paramos, discutimos e votamos o projeto”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “fica bom assim, com certeza”. Vereador Flávio de Almeida: “por favor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Vereador Silvânio, o senhor não pode me atribuir fator que o senhor acha não. Eu não fiz para tumultuar nada no processo, eu falei que ia apresentar a emenda e a apresentei em tempo hábil, que é na segunda-feira. A emenda poderia, inclusive, ser apresentada aqui. Eu tenho um compromisso com os conselheiros tutelares, fiz a emenda. Estou fazendo, sem medir esforços para votarem esse projeto, tem uma série de fatores hoje que influenciam isso. Então, a minha parte, eu estou fazendo. Aqui todo mundo tem a sua cabeça, todo mundo tem a sua visão. Eu fiz a minha parte, apresentei a emenda de acordo com o que eu discuti e, acima de tudo, estou defendendo o projeto. Se for votar, ótimo. Se não for votar, vereador, se o senhor não se sente à vontade, pede vista do projeto em vez de ficar fazendo acusações”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, vamos parar a reunião, por cinco minutos. Por favor, consulte o Plenário”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Eu continuo tendo direito de fala aqui, não é? De expressar a minha opinião. Não tem problema nenhum não, não é?”. Senhor Presidente: “fique à vontade, vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, ótimo. É que a gente conversou com os conselheiros e estava muito bem azeitado aqui e aí, de repente, de uma hora para outra, coloca isso e



ainda faz uma fala dessas, para deixar a gente... Eu estou totalmente junto com os conselheiros tutelares e eles sabem disso. Só que isso aqui veio de última hora e eu gostei da sua sugestão, vereador”. Vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu não posso nem dizer se sou a favor ou contra, eu não li”. Senhor Presidente: “a reunião está suspensa por cinco minutos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perdão, senhores, perdão. Eu gostaria de ter a presença de um representante do conselho na reunião ali dentro”. Decorrido o tempo de suspensão da reunião, Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco o Projeto de Lei 1.899/2019. Leitura das emendas”. Senhor Secretário: “mas quando ler, tem que votar. Lê uma emenda e vota, sempre foi assim”. Senhor Presidente: “é isso aí”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só pela ordem. A gente ouviu, teve um representante do Conselho da Criança e do Adolescente e um representante do Conselho Tutelar e uma parte só que conhecia a emenda e a outra se manifestou não concordando, ele leu somente um parágrafo dessa emenda. Então, todos os vereadores que estiveram lá, viram a manifestação, em decorrência disso, eu peço vista em decorrência dessa emenda que deu entrada agora”. Senhor Presidente: “o senhor pediu vista só de uma emenda? Ah, do projeto todo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é, não tem jeito de pedir só da emenda”. Senhor Presidente: “cada hora fala uma coisa. De repente, o senhor pediu vista”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é bom que a gente legitimou, a Reisle estava participando e o Daniel estava participando dessa reunião. Foi muito feliz de ter



convocado”. Senhor Presidente: “cedida vista do Projeto 1.899/2019 a pedido do vereador Tiago Tito”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente. Agora é pedir a Deus para o Executivo não retirar esse projeto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Só quero ressaltar quanto a essa discussão aqui, com o meu compromisso que eu tinha com os conselheiros tutelares, eu cumpri. Vocês sabem exatamente os motivos pelos quais eu estava trabalhando exaustivamente. Então, meu compromisso acaba aqui”. Senhor Presidente: “leitura do primeiro requerimento”. Senhor Secretário: “qual é o requerimento lá da...?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “a moção de desagravo em relação...”. Senhor Presidente: “faça aí, pode fazer, em nome da Casa”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, é a moção de desagravo em relação à manifestação da infelicidade do pai”. Senhor Presidente: “vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, só para registrar”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “deixa votar, eles estão saindo, deixa votar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “então vota”. Vereador Tiago Almeida Tito: “pode ser em nome da Casa, Senhor Presidente, se quiser”. Senhor Presidente: “vereadores que concordam que seja em nome da Casa? Permaneçam como estão. Então, vai a moção de desagravo em nome da Casa. Próximo requerimento”. Senhor Secretário: “será que eu começo a ler?”. Senhor Presidente: “leia, tem quórum”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos:



1) Autoria do vereador Tiago Almeida Tito: Requer que esta Casa envie moção de aplausos ao Palmeira Futebol Clube pelos seus 50 anos de história completados no último dia 01 de março de 2020. Aprovado, seis votos. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, o vereador José Guedes pediu para ter uma reunião depois da plenária, mas não vai ter mais, porque ele já foi embora”. 2) Autoria dos vereadores Fausto Niquini Ferreira e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: Requer ao Prefeito Municipal que proceda a melhorias no vídeo monitoramento da cidade. Aprovado, cinco votos. 3) Autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal explicações sobre a diferença de percentual de reajuste concedido aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias que trabalham sob o regime de contratação temporária (2,89%), em relação aos demais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias que fazem parte do quadro de servidores efetivos (10%). Aprovado, cinco votos. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vou deixar o de Coxinha para o final, que aí ele fica”. 4) Autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer ao Poder Executivo que proceda de forma urgente à manutenção da rede de esgoto que corre a céu aberto na Rua Vereador Elias Abalém, à altura do número 168, no Bairro Osvaldo Barbosa Pena II. Aprovado, cinco votos. 5) Autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Presidente que seja manifestada moção de preocupação e de apoio desta Casa à manutenção dos Correios como empresa pública,



com ampla presença no território nacional. Os vereadores Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes e Wesley de Jesus Silva saíram do Plenário. Senhor Presidente: “por falta de quórum legal, declaro encerrada a reunião. Boa noite a todos. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Muito obrigado, boa noite”.

---